

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 2457/2022

Rio de Janeiro, 06 de outubro de 2022.
Processo n° 0265566-35.2022.8.19.0001 , ajuizado por
O presente parecer visa atender à solicitação de informações técnicas do 2º Juizado Especial Fazendário da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, quanto à cirurgia cardiovascular- orovalvar.
<u>I – RELATÓRIO</u>
1. Para elaboração do presente Parecer Técnico foram considerados os documentos médicos do Centro Médico CGY Campo Grande Eireli (fls. 19 a 21), datados em 06 de setembro de 2022, 26 de julho de 2022 e 21 de maio de 2022, emitidos respectivamente pelo médico .
2. Em suma o Autor, de 37 anos de idade, é portador de valvulopatia mitral grave , estando impossibilitado de exercer suas atividades laborativas por tempo indeterminado. Necessita de atendimento especializado/cirurgia cardíaca-valvar com <u>urgência</u> . Código da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) citado: I05.9 - Doença não especificada da valva mitral .
<u>II – ANÁLISE</u>
<u>DA LEGISLAÇÃO</u>
1. A Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, contém as diretrizes para a organização da Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) visando superar a fragmentação da atenção e da gestão nas Regiões de Saúde e aperfeiçoar o funcionamento político-institucional do SUS com vistas a assegurar ao usuário o conjunto de ações e serviços que necessita com efetividade e eficiência.
2. A Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, publica a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.
3. O Anexo XXXI da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, institui a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade, e dá outras providências.
4. A Portaria nº 210/SAS/MS de 15 de junho de 2004 define as Unidades de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular e os Centros de Referência em Alta



Complexidade Cardiovascular, e dá outras providências.

1



Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

- 5. A Portaria nº 983/SAS/MS de 1º de outubro de 2014 inclui na Tabela de Procedimentos do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde, o stent farmacológico coronariano, estando o mesmo indicado para intervenções endovasculares cardíacas e extracardíacas em pacientes diabéticos e em pacientes com lesões em vasos finos.
- 6. A Deliberação CIB-RJ nº 5.890 de 19 de julho de 2019 que aprova a relação das Unidades Assistenciais e Centros de referência em alta complexidade cardiovascular no estado do Rio de Janeiro.
- 7. Considerando a Política Nacional de Regulação do SUS, disposta no Anexo XXVI da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Art. 9° § 1° O Complexo Regulador será organizado em:

- I Central de Regulação de Consultas e Exames: regula o acesso a todos os procedimentos ambulatoriais, incluindo terapias e cirurgias ambulatoriais;
- II Central de Regulação de Internações Hospitalares: regula o acesso aos leitos e aos procedimentos hospitalares eletivos e, conforme organização local, o acesso aos leitos hospitalares de urgência; e
- III Central de Regulação de Urgências: regula o atendimento pré-hospitalar de urgência e, conforme organização local, o acesso aos leitos hospitalares de urgência.

DO QUADRO CLÍNICO

1. As **valvulopatias** correspondem a doenças que afetam as válvulas cardíacas, impedindo a sua abertura e/ou o encerramento adequados. Existem quatro (aórtica, **mitral**, tricúspide e pulmonar) e todas elas podem apresentar anomalias que se manifestam de modo diferente. As valvulopatias que afetam a aórtica e a mitral são as mais importantes, pelo seu impacto no organismo. A função das válvulas cardíacas é a regulação do fluxo sanguíneo entre as várias cavidades do coração e os vasos principais. Como tal, elas são essenciais para um correto funcionamento de todo o sistema cardiovascular¹.

DO PLEITO

- 1. A <u>cardiologia</u> é uma especialidade que estuda alterações do coração e vasos sanguíneos. As anormalidades estudadas compreendem doenças do músculo cardíaco, das válvulas e do sistema elétrico de condução. Além, as doenças dos vasos que nutrem o coração que podem ser ocasionadas por várias patologias, sendo a principal a doença ateroesclerótica². Já a **cirurgia cardíaca** é a subespecialidade médica que se ocupa do tratamento cirúrgico das doenças que acometem o coração³.
- 2. Existem três tipos de **cirurgias cardíacas**: as corretoras, relacionadas aos defeitos do canal arterial, incluído o do septo atrial e ventricular; as reconstrutoras, destinadas à revascularização do miocárdio, <u>plastia de valva aórtica, mitral ou tricúspide</u>; e as substitutivas, que correspondem às <u>trocas valvares</u> e aos transplantes. No coração há quatro válvulas: **mitral**, aórtica,

³ BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção especializada e hospitalar. Cardiologia / Cirurgia cardíaca. Disponível em: http://www.saude.gov.br/atencao-especializada-e-hospitalar/especialidades/cardiologia-cirurgia-cardiaca. Acesso em: 06 out. 2022.



¹ CUF. Valvulopatia. Disponível em:<https://www.cuf.pt/saude-a-

z/valvulopatia#:~:text=O%20que%20%C3%A9%3F,se%20manifestam%20de%20modo%20diferente.>. Acesso em: 06 out. 2022.

² HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO. Cardiologia. Disponível em: http://www.hucff.ufrj.br/cardiologia. Acesso em: 06 out. 2022.



Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

tricúspide e pulmonar⁴. Quando as válvulas apresentam alguma disfunção, como por exemplo, estenose ou insuficiência, há uma alteração do fluxo sanguíneo dentro do coração comprometendo seu bom funcionamento. Desta forma, dependendo do grau de lesão, a válvula pode ser consertada (plástica) ou trocada. As doenças mais comuns são: estenose aórtica, insuficiência aórtica, estenose mitral e insuficiência mitral⁵.

III – CONCLUSÃO

- Informa-se que a cirurgia cardiovascular pleiteada está indicada ao manejo terapêutico do quadro clínico que acomete o Autor (fl. 19 a 21).
- Considerando o disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES), informa-se que a cirurgia pleiteada está coberta pelo SUS, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS (SIGTAP), na qual constam: valvuloplastia mitral percutânea (04.06.03.012-0), plástica valvar (04.06.01.080-3) e plástica valvar e/ou troca valvar múltipla (04.06.01.082-0).
- Ressalta-se que somente após a avaliação do médico especialista (cirurgião cardíaco) que irá assistir o Requerente, poderá ser definida a abordagem cirúrgica mais adequada ao seu caso.
- Para regulamentar o acesso aos procedimentos em cardiologia incorporados no SUS, o Ministério da Saúde publicou a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade, prevendo a organização de forma articulada entre o Ministério da Saúde, as Secretarias de Estado da Saúde e do Distrito Federal e as Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de redes estaduais e regionais, bem como contando com os Componentes da Atenção Básica, Especializada e das Redes de Atenção em Cardiologia Regional de cada unidade federada, qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde⁶.
- Ressalta-se que no Estado do Rio de Janeiro, foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite, a CIB-RJ nº 5.890 de 19 de julho de 2019, que pactua as **Referências em** Alta Complexidade Cardiovascular do Estado do Rio de Janeiro⁷. Assim, o Estado do Rio conta com as unidades habilitadas no SUS para atenção cardiológica e suas referências para as ações em cardiologia de média e alta complexidade por Região de Saúde no Estado do Rio de Janeiro.
- O acesso aos serviços habilitados para o caso em tela ocorre com a inserção da demanda junto ao sistema de regulação. Cumpre salientar que a Política Nacional de Regulação, está organizada em três dimensões integradas entre si: Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência, que devem ser desenvolvidas de forma dinâmica e integrada, com o objetivo de apoiar a organização do sistema de saúde brasileiro,

⁷ A Deliberação CIB-RJ nº 3.129 de 25 de agosto de 2014 que aprova a recomposição da Rede de Atenção em Alta Complexidade Cardiovascular do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: . Acesso em: 06 out. 2022.



⁴ REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Diagnósticos de enfermagem em pacientes submetidos à cirurgia cardíaca. Rev. Bras. Enf. 2006 maio-jun; 59(3): 321-6. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v59n3/a13v59n3.pdf>. Acesso em: 06 out. 2022.
⁵ POFFO, R. CardioCirurgia. Cirurgias Cardíacas. Disponível em: http://www.cardiocirurgia.com/cirurgias-cardiacas/>. Acesso em: 06

⁶ BRASIL. Ministério da Saúde. Regulação. Gestão do SUS. Disponível em: http://portalms.saude.gov.br/gestao-do-sus/programacao- regulação-controle-e-financiamento-da-mac/regulação>. Acesso em: 06 out. 2022.



otimizar os recursos disponíveis, qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde⁸.

- 7. No intuito de identificar o correto encaminhamento do Demandante aos sistemas de regulação, este Núcleo consultou a plataforma do Sistema Estadual de Regulação – SER e verificou que ele foi inserido em 21 de junho de 2022, para ambulatório 1ª vez em cirurgia cardiovascular - cirurgia orovalvar, com classificação de risco verde e situação em fila, sob a responsabilidade da central REUNI-RJ. Posição na lista de espera 86°.
- Desta forma, entende-se que a via administrativa está sendo utilizada no caso em tela, sem a resolução da demanda até o presente momento.
- Destaca-se que em documento médico (fl. 19) foi solicitado urgência para a avaliação do serviço de ortopedia do Autor. Assim, salienta-se que a demora exacerbada na realização da avaliação pode comprometer o prognóstico em questão, com risco de lesão irreversível.
- Em consulta ao banco de dados do Ministério da Saúde⁹ não foi encontrado 10. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para a enfermidade do Assistido - valvulopatia mitral
- 11. Quanto à solicitação autoral (fls. 10 e 11, item "VIII", subitens "c" e "f") referente ao fornecimento de "...bem como todo tratamento, exames, procedimentos, medicamentos e produtos complementares e acessórios que, no curso da demanda, se façam necessários ao tratamento da moléstia do Autor..." vale ressaltar que não é recomendado o provimento de novos itens sem emissão de laudo que justifique a necessidade destes, uma vez que o uso irracional e indiscriminado de tecnologias pode implicar em risco à saúde.

É o parecer.

Ao 2º Juizado Especial Fazendário da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

ANIELLE TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Enfermeira COREN-RJ 638.864 ID. 512.068-03

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe CRF-RJ 10.277 ID. 436.475-02

br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt#i>. Acesso em: 06 out. 2022.



4

⁸ BRASIL. Ministério da Saúde. Regulação. Gestão do SUS. Disponível em: http://portalms.saude.gov.br/gestao-do-sus/programacao-